85) Processo n.º 44006.003304/2000-81 - Instituto Adventista de Educação e Assistência Social Norte Brasileira - Ananindeua-PA CNPJ: 83.367.326/0001-89

ISSN 1677-7042

- 86) Processo nº 44006.000590/2003-47 Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde - Ananindeua-PA - CNPJ: 83.367.342/0001-71
- 87) Processo nº 71010.001869/2003-51 Congregação das Irmãs Mis sionárias da Imaculada Conceição - Belém -PA - CNPJ: 04.795.928/0001-60
- 88) Processo nº 71010.001807/2003-40 Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá - Rio de Janeiro - RJ - CNPJ: 34.075.739/0001-84
- 89) Processo n.º 44006.000771/2003-73 Conselho Central de Belo
- Horizonte Belo Horizonte-MG CNPJ: 17.492.398/0001-23 90) Processo n.º 44006.005535/2000-75 Fundação Educacional "Lucas Machado" Belo Horizonte-MG CNPJ: 17.178.203/0001-75
- 91) Processo n.º 71010.003067/2003-86 Associação das Obras Pavonianas de Assistência Belo Horizonte -MG CNPJ: 62.382.395/0001-91
- 92) Processo n.º 44006.000839/2003-14 Fundação Beneficente São João da Escócia Passos -MG CNPJ: 17.922.477/0001-27 93) Processo n.º 71010.002264/2003-88 Hospital são Vicente de
- Paulo Piraúba-MG CNPJ: 19.760.107/0001-66 94) Processo n.º 71010.002636/2003-76 Sociedade Beneficente São Camilo São Paulo-SP CNPJ: 60.975.737/0001-51
- 95) Processo nº 44006.004807/2000-38 Instituto Brasil Estados Unidos IBEU Rio de Janeiro RJ CNPJ: 33.641.788/0001-74 96) Processo n.º 44006.004394/1997-32 Liga de Assistência Social
- e Educação Popular LASEP Franca SP CNPJ: 97) Processo n.º 71010.002267/2003-11 Assistência Social Dom José Gaspar São Paulo-SP CNPJ: 61.734.232/0001-68
- 98) Processo n.º 44006.000012/2002-20 Sociedade Beneficente e Hospitalar "Santa Casa de Misericórdia de Serrana" - Serrana-SP CNPJ: 71.305.635/0001-45
- 99) Processo n.º 71010.000300/2003-79 Casa de Caridade Dom Orione - Araguaína-TO - CNPJ: 01.368.232/0001-60

  100) Processo nº 44006.002040/2002-81 - Instituto Presbiteriano
- Gammon Lavras -MG CNPJ: 22.070.643/0001-44

  Processo nº 44006.003272/2001-76 Sociedade Beneficente Sapiranguense Sapiranga-RS CNPJ: 97.279.350/0001-70

- ranguense Sapiranga-RS CNPJ: 97.279.350/0001-70
  101) Processo nº 71010.003054/2003-15 Congregação das Irmãs de
  São José São José-SC CNPJ: 86.185.220/0001-52
  102) Processo nº 71010.000479/2003-64 Fundação de Beneficência
  Hospital de Cirurgia Aracaju-SE CNPJ: 13.016.332/0001-06
  103) Processo nº 71010.001862/2003-30 Irmandade da Santa Casa
  de Misericórdia de Mococa Mococa-SP CNPJ: 52.505.153/0001-
- 104) Processo nº 71010.000808/2004-58 Federação Nacional das
- APÁE's Brasília DF 105) Processo n.º 71010.000496/2003-00 Liga Paranaense de Combate ao Câncer - Curitiba-PR - CNPJ: 76.591.049/0001-28 106) Processo n.º 71010.000427/2003-98 - Liga das Senhoras Ca-
- tólicas de Curitiba R CNPJ: 76.689.835/0001-62 107) Processo n.º 71010.001385/2003-11 Santa Casa de Miseri-córdia de Barra Mansa Barra Mansa-RJ CNPJ: 28.683.712/0001-
- 108) Processo n.º 44006.000754/2002-55 Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ: 35.796.341/0001-08 109) Processo nº 28984.020088/1995-21 e 44006.000255/2001-42 -
- Escola Profissional Nossa Senhora de Aparecida Guaxupé MG -CNPJ: 20.772.521/0001-74
- 110) Processo nº 44006.005353/2000-68 Hospital de Caridade de Erechim Erechim RS CNPJ: 89.428.718/0001-97 111) Processo nº 44006.007548/1997-11 - Instituto Sagrada Família
- ISAFA Passo Fundo RS CNPJ: 92.047.646/0001-42
  112) Processo nº 71010.001779/2003-61 Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus São Paulo SP CNPJ: 61.015.087/0001-
- 113) Processo n.º 44006.004016/2000-62 Associação Santo Agostinho ASA São Paulo-SP CNPJ: 62.272.497/0001-54
  114) Processo n.º 44006.004569/2000-51 Fundação de Ciências
- Aplicadas São Paulo-SP CNPJ: 61.023.156/0001-82 115) Processo n.º 44006.005253/2000-13 Sociedade Civil das Irmãs
- da Santa Cruz São Paulo-SP CNPJ: 57.035.933/0001-31 116) Processo n.º 71010.000030/2003-04 Instituto de Educação e As-
- sistência Lúcia Filippini São Paulo-SP CNPJ: 61.601.183/0001-95
- 117) Processo nº 71010.001235/2004-80, 71010.001236/2004-24, 71010.001238/2004-13, 71010.001239/2004-68, 44006.004455/2000-01, 71010.002555/2003-76 e 71010.000444/2005-97 - Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - RJ - CNPJ: 33.439.092/0001-60
- 118) Processo n.º 71010.002731/2003-70 Fase-Federação de Orgão para Assistência Social e Educacional - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ: 33.700.956/0001-55
- 119) Processo n.º 44006.002268/2002-71 Associação de Amparo Materno Infantil Guaíba-RS CNPJ: 90.828.336/0001-30 120) Processo n.º 44006.004535/2000-30 Irmandade da Santa Casa
- de Misericórdia de Porto Alegre Porto Alegre-RS CNPJ: 92.815.000/0001-68
- 121) Processo n.º 71010.000044/2003-10 Sociedade Pobres Servos da Divina Providência Porto Alegre-RS CNPJ: 92.726.819/0001-
- 122) Processo nº 44006.004211/1997-61 Associação do Olivetanos -
- São Paulo SP CNPJ: 61.398.574/0001-54

  123) Processo n.º 71010.002336/2003-97 Instituto Americano de Lins Lins-SP CNPJ: 51.660.876/0001-03

- 124) Processo n.º 71010.000202/2003-31 Sociedade Matonense de Benemerência - Matão -SP - CNPJ: 52.314.861/0001-48 125) Processo n.º 44006.001640/2003-11 - Irmandade da Santa Casa
- Misericórdia de Penápolis Penápolis-SP 53.894.218/0001-01
- 126) Processo n.º 44006.001715/2000-13 Vila Vicentina dos Velhos Desamparados - Piratininga/SP - 48.372.106/0001-42
- 127) Processo nº 44006.004533/2000-12 Santa Casa de Misericórdia de Ruy Barbosa Ruy Barbosa BA CNPJ: 15.093.966/0001-98 128) Processo nº 44006.000914/1999-91, 44006.001426/2001-95 -União Espírita Mineira - Belo Horizonte - MG - CNPJ: 17.217.498/0001-41
- 129) Processo nº 44006001080/2002-14 Fundação Coriolano Medeiros - João Pessoa - PB - CNPJ: 09.120.676/0001-93
- 130) Processo nº 44006.005288/1997-21 e 44006001503/2001-15 -Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília - Marília - SP -CNPJ: 52.052.420/0001-15
- 131) Processo n° 28996.025509/1995-81 e 44006.004404/2000-61 -Associação Casa da Criança de Regente Feijó - Regente Feijó - SP -
- CNPJ: 55.759.526/0001-41 132) Processo n.º 71010.001404/2004-81 Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ: 34 008 227/0001-03
- 133) Processo nº 44006.001930/2001-95 e 44006.001136/2001-41 e 44006.005638/2000-16 - Associação de Integração Social de Itajubá -AISI - Itajubá - MG - CNPJ: 21.040.696/0001-50

MARCIA MARIA BIONDI PINHEIRO Presidente do Conselho

# Ministério do Meio Ambiente

## INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 76, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁ-VEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA n.º 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. que instituiu o Código Florestal e o disposto na Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Pro-priedade Territorial Rural - ITR, e o pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária:

Considerando o disposto na Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, em favor da Superintendência da Zona França de Manaus - Suframa, e estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA:

Considerando a necessidade de padronizar o modelo de Ato Declaratório Ambiental- ADA:

Considerando a necessidade de regulamentação das modalidades de apresentação do ADA, para fins de isenção e/ou dedução de Imposto Territorial Rural - ITR;

Considerando a necessidade de regulamentação dos meios da distribuição e entrega destas declarações e a instrução às unidades do Ibama, em todo Território Nacional, sobre os procedimentos relativos ao ADA;

Considerando a necessidade de instruir aos solicitantes do formulário "Ato Declaratório Ambiental- ADA", quanto às características definidas em lei, sobre as áreas isentadas e/ou deduzidas de

Considerando a necessidade de instruir os declarantes do ADA, sobre os procedimentos e informações prestadas quando do preenchimento dos campos do ADA;

Considerando a necessidade de o Ibama instituir um cadastro das propriedades rurais que possuem áreas de interesse ambiental, mediante apresentação do ADA; e,

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Florestas no Processo Ibama nº 02001000901/2004-59, resolve:

Art. 1º O Ato Declaratório Ambiental - ADA representa o cadastro indispensável ao reconhecimento das áreas de preservação permanente e de utilização limitada para fins de isenção do Imposto Territorial Rural - ITR

Parágrafo único. O ADA deve ser preenchido e apresentado pelos declarantes de imóveis obrigados a apresentação da Declaração de Imposto Territorial Rural - DITR, que tenham informado:

- I a área de preservação permanente e/ou de utilização limitada, objetivando a isenção do ITR; e
- II a área de reflorestamento com essências exóticas ou nativas e a área extrativa no DIAT - Documento de Informação e Apuração do ITR, conforme Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de

Art. 2º São Áreas de Preservação Permanente as ocupadas por florestas e demais formas de vegetação natural, sem destinação comercial, descritas nos artigos 2° e 3° da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, e não incluídas nas áreas de Reserva Legal Obrigatória, com as exceções previstas na legislação em vigor.

Art. 3º São áreas de Utilização Limitada:

- I Áreas de Reserva Legal Obrigatória e Voluntária:
- a) as Áreas de Reserva Legal Obrigatória devem estar averbadas à margem da inscrição de matrícula do imóvel no cartório de registro de imóveis competente:
- b) no caso de Reserva Legal Obrigatória, poderá ser aceito o Termo de Compromisso de Averbação de Reserva Legal - TCARL, com firma reconhecida do detentor da posse, para propriedades com documento de posse reconhecido pelo INCRA.
- II áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN previstas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- III áreas de Servidão Florestal, previstas na Lei nº 4771/65 e suas alterações, averbadas à margem da inscrição da matrícula do imóvel no cartório de registro de imóveis competente; e
  - IV áreas de Declarado Interesse Ecológico:
- a) para proteção dos ecossistemas, assim declarados mediante ato do Poder Público competente, que contemple as Unidades de Conservação Federal, Estadual ou Municipal, de proteção integral ou de uso sustentável, comprovadamente contidas nos limites da unidade de conservação, caracterizadas sua limitação ao exercício do direito de propriedade:
- b) localizadas em propriedades particulares e que foram nominadas e delimitadas em Atos do Poder Público Federal e Estadual. que contenham restricões de uso no mínimo iguais à da Reserva Legal Obrigatória; e
- c) comprovadamente imprestável para a atividade rural, declarado mediante ato do órgão competente federal ou estadual.
- Art. 4º As propriedades que possuem áreas de utilização limitada como compensação de outras propriedades, de acordo com as normas estabelecidas na legislação, farão jus à isenção do ITR sobre essas áreas.
- § 1º É vedada a utilização de isenção pelos adquirentes de áreas da compensação.
- § 2º As áreas de compensação de que trata o caput deste artigo incluem a compensação de reserva legal, reserva legal em condomínio e servidão florestal.

Art. 5º Para fins de isenção de ITR devem ser consideradas somente as Áreas de Preservação Permanente e de utilização limitada com vegetação natural não degradada ou as frações em estágio médio ou avancado de regeneração.

Art. 6º O proprietário rural que se beneficiar da isenção prevista no art. 1º desta Instrução Normativa deverá recolher ao Ibama, anualmente, a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, a título de vistoria.

Parágrafo único. A taxa de vistoria a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto, proporcionada pelo ADA, e terá como base de cálculo a área total da propriedade.

Art 7º O declarante deverá apresentar o ADA em uma das modalidades que segue:

- I pela apresentação por meio eletrônico ADA-Web;
- II pela apresentação do formulário padrão conforme anexo

Art 8º Estão obrigados a entregar a declaração exclusivamente em meio eletrônico a pessoa jurídica, independentemente da extensão da área do imóvel rural, e a pessoa física que possua imóvel rural com área igual ou superior a:

- A) 500 ha, se localizada na região Norte: e,
- B) 100 ha, se localizado nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Art 9º O prazo de entrega do ADA será de 1º de janeiro a 31 de setembro do ano em exercício.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o prazo de entrega do ADA relativo a DITR-2005 será até 31 de março de 2006 e para a DITR - 2006 o prazo será de 1º de abril a 30 de setembro de

Art 10. A apresentação do ADA se fará uma única vez, devendo ser apresentada uma declaração retificadora apenas quando houver alguma alteração dos dados informados na DITR.

Parágrafo único. A Declaração Retificadora deverá ser feita em casos de alteração da dimensão de quaisquer das áreas, alteração de endereço ou alienação de parte ou toda a propriedade rural, dentre

- Art 11. O ADA será devidamente preenchido conforme informações constantes do DIAC/DIAT e na Declaração para Cadastramento de Imóvel Rural DP-INCRA.
- § 1º Será necessário um ADA para cada número do imóvel na Receita Federal.
- § 2º O formulário do ADA e o Manual de Orientação do Declarante estarão à disposição dos usuários na página do Ibama na Internet: www.ibama.gov.br.

	SANA
9	

Art. 12. No caso de apresentação em formulário padrão este deverá ser devidamente preenchido e assinado pelo declarante ou seu representante legal, em duas vias, sendo entregue como documento no protocolo das unidades descentralizadas do Ibama.

Parágrafo único. A primeira via do formulário padrão deverá ser devolvida ao proprietário rural ou a seu representante legal, com o carimbo, a data e a assinatura do agente recebedor.

Art 13. A unidade do Ibama que receber o formulário padrão de que trata o artigo anterior fica responsável pelo cadastramento das informações no ADA-Web pelo servidor devidamente cadastrado no sistema, bem como pelo arquivamento da segunda via do referido formulário.

§ 1º A unidade descentralizada que não estiver integrada à rede do Ibama deverá encaminhar o formulário à Gerência Executiva da qual é subordinada para cadastramento e arquivo.

§ 2º O prazo máximo para o cadastramento do formulário no ADA-Web é de trinta dias após o encerramento do prazo de entrega para o ano em exercício.

Art. 14. Os formulários ADA e as etiquetas de identificação de que trata a Portaria 162- N, de 18 de dezembro de 1997, do Ibama, ficam sem validade a partir da data de publicação desta Instrução

Parágrafo único. Os formulários e etiquetas de que trata o caput deste artigo, deverão ser devolvidos à Diretoria de Florestas, no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 15. Não será exigida anexação de qualquer documento comprobatório à declaração, sendo que a comprovação dos dados declarados poderá ser exigida posteriormente, através de mapas vedecinados poderá se exigida posicioniene, lateres de inapas ve toriais digitais, documentos de registro de propriedade e respectivas averbações e laudo técnico de vistoria de campo, conforme Anexo

Parágrafo único. O laudo técnico de vistoria de campo de que trata o caput deste artigo deverá ser encaminhado à Diretoria de Florestas do Ibama para providências de lavratura de ADA reti-

Art 16. Torna-se obrigatório o cadastro no ADA para as propriedades que venham pleitear qualquer autorização junto ao Ibama, quando as mesmas possuírem áreas de interesse ambiental conforme art. 1º desta Instrução Normativa.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Ficam revogadas a Portaria 162-N, de 18 de dezembro de 1997, e demais disposições em contrário.

## MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

DENTIFICACIO	JUNTO AO ÓRGÃO AMBI			LEI 939:	AMBIENTAI 3/96				мма			
DENTIFICAÇÃO. 01 - Tipo de decla			- Número de	processo n	o órgão ambient	al .						
Primeira	Retificadora											
DADOS DO IMÓV												
33 - Número do im	rivel na Receita Federal	84 -	-Código do i	imóvel - Cad	iastro INCRA							
A - NOTIFE OF STATE	100											
6 - Enderego de la	calzação											
07 - UF 08 - Mu	rricipio						09 - Cód.	de Municipio			10 - CEP	
11 - Localização gr Latitude	eográfica		Longitude					OBSERVAÇÃO propriedade e protocolo de e	): Se necesi envie para o ntrega do fon	sário, de IBAMA I	senhe um cr lazendo referê o ADA.	roqui de acess Incia ao númen
	DO PROPRIETÁRIO											
12 - CNPJ / GPF		13	- Razão Soc	cial / Nome								
14 - Enderego para	a correspondência							15 -	Bairro			
							18 - Códig	o do município			19 - CEP	
16-UF 17-	Municipio											
										_	Ш	Ш
		1 - FAX (DOD-P	Número)		22 - Caixa Post	al	23 - Endereço el	etrônico		_		
20 - Teletone (DOI)	3-Número) 2	1 - FAX (DOD-P	Número)	I	22 - Caixa Post	al						
20 - Telefone (DOC 24 - Tipo de Decla	D-Número) 2			odatário	22 - Caixa Post			etrônico 25 - Responsáve O própri		imento Procurad	or	
20 - Telefone (DOD 24 - Tipo de Decla Posseiro	D-Kúmero) 2	atário	Como		Outros	3		25 - Responsáve			or	
24 - Tipo de Decla Posseira	2-Número) 2 srante o Amendo As ÁREAS DO IMÓVEL-	atário	Como	a 33 de aco	Outros	nda abaixo:		25 - Responsáve O própri	0		or	
20 - Telefone (DOE 24 - Tipo de Decla Posseiro DISTRIBUIÇÃO D. 26 - ATÉ Área total	D-Número) 2  arante D Amenda As ÁREAS DO IMÓVEL- do imóvel- do imóvel-	atário Preencha os o	Como	a 33 de aco 2	Outros rdo com a leger 7 - APP: Área de	nda abaixo: e preservação p	ermanente - Leis:	25 - Responsáve O própri 4771/85 e 9393.	96		or	
24 - Tipo de Decla  24 - Tipo de Decla  25 - ATL Area total  REAS DE UTILIZ  36 - ARL: Área de declar  30 - Area de declar	D-Número) 2 srante p Assenda As ÁREAS DO IMÓVEL do infoxel	Preencha os c	Como	a 33 de aco 2	rdo com a leger 7 - APP: Ārea do 9 - RPPN: Ārea	nda abaixo: e preservação p de reserva parti		25 - Responsáve O própri 4771/85 e 9393. io natural - Lei: 9	96		or	
24 - Tipo de Dedi  24 - Tipo de Dedi  Posseiro  DISTRIBUIÇÃO D. 35 - ATE Área total  ÁREAS DE UTILIZ 33 - ARE. Área de dedia	D-Número) 2  serante D Amendo AS ÁREAS DO IMÓVEL- Ido imóvel Lação LIMITADA. reserva legal - Leis: 4771/K	Preencha os c 15, 7803/89 e 9 ei: 9393/96	Comc	a 33 de aco 2 2 3	Outror rdo com a leger 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea 1 - ATF: Årea to	nda abaixo: e preservação p de reserva parti	ermanente - Leis:	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9393. io natural - Lei: 9	796	Procurad	or	
24 - Tipo de Declarione (DOI 24 - Tipo de Declarione (DOI 24 - Tipo de Declario 24 - Tipo de Declario 24 - Tipo de Declario 25 - ATI Area Stata REAS DE UTILIZA - ARIL. Area de 30 - Area de declario 27 - Area Control 27 - Area Control 27 - Area Control 27 - Area Control 28 - Aria Aria	DANúmero) 2  strante D Amend  As AREAS DO IMOVEL- 100 inobel 2AGÃO LIMITADA  reserva legal - Leis: 4771/8  rado interesse ecoblogico - l	Preencha os c 15, 7803/89 e 9 ei: 9393/96	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3	rdo com a leger 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea: 1 - ATF: Årea tar 3 - REFLO: Årea dos Documentos	nda abaixo: e preservação p de reserva parti- al florestal (27 -	ermanente - Leis: cular do potrimón + 28 + 29 + 30) - I	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9393. io natural - Lei: 9	796	Procurad	Ōrgão Amb	
24 - Tipo de Dedder 24 - Tipo de Dedder Posseint DisTRIBUIÇÃO D. 36 - ATI Área del RREAS DE UTILIZA DISTRIBUIÇÃO D. 4 - ARIL Área del 30 - Área de dedder Área (hs)	DANúmero) 2  strante D Amend  As AREAS DO IMOVEL- 100 inobel 2AGÃO LIMITADA  reserva legal - Leis: 4771/8  rado interesse ecoblogico - l	Preencha os c 15, 7800389 e 9 aci 5930366 I- Lei: 4771,85	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3	Outros rdo com a leges 7 - APP: Area de 9 - RPPN: Area to 1 - ATF: Area to 3 - REFLO: Area	nda abaixo: e preservação p de reserva parti- al florestal (27 -	ermanente - Leis: cular do potrimón + 28 + 29 + 30) - I	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9393. io natural - Lei: 9	796	Procurad		olental Número do documento
24 - Tipo de Dedi Posseiro Pos	D-Número) 2 stratte D Amenda AS ÁREAS DO IMÓVEL - do indoel do indoel AZAÇÃO LIMITADA reserva legal - Less: 4771/8 rado interesse coolégico - l m plano de manejo fluresta	Preencha os c 15, 7800389 e 9 aci 5930366 I- Lei: 4771,85	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3 scriminação	Outros  rdo com a legence 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea tr 1 - ATF: Årea tr 3 - REFLO: Årea dos Documento	nda abaixo: preservação p de recenha partir ial florestal (27 - a com reflorestal s Ragistrados	ermanente - Leis: cultar do potrimón + 28 + 29 + 30) - I mento (essências	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9993. in matural - Lei: 9 existicas ou natír	0	Procurad	Órgão Amb	Número do
24 - Tipo de Dedder 24 - Tipo de Dedder Posseint DisTRIBUIÇÃO D. 36 - ATI Área del RREAS DE UTILIZA DISTRIBUIÇÃO D. 4 - ARIL Área del 30 - Área de dedder Área (hs)	D-Número) 2 stratte D Amenda AS ÁREAS DO IMÓVEL - do indoel do indoel AZAÇÃO LIMITADA reserva legal - Less: 4771/8 rado interesse coolégico - l m plano de manejo fluresta	Preencha os c 15, 7800389 e 9 aci 5930366 I- Lei: 4771,85	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3 scriminação	Outros  rdo com a legence 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea tr 1 - ATF: Årea tr 3 - REFLO: Årea dos Documento	nda abaixo: preservação p de recenha partir ial florestal (27 - a com reflorestal s Ragistrados	ermanente - Leis: cultar do potrimón + 28 + 29 + 30) - I mento (essências	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9993. in matural - Lei: 9 existicas ou natír	0	Procurad	Órgão Amb	Número do
24 - Tipo de Decide  24 - Tipo de Decide  Posseire  DiSTRIBUIÇÃO D. 25 - ATI Área total  RREAS DE UTILIZ  AREA SE L'AREI Área de declar  (ha)  Area (ha)  26  27  28  29	D-Número) 2 stratte D Amenda AS ÁREAS DO IMÓVEL - do indoel do indoel AZAÇÃO LIMITADA reserva legal - Less: 4771/8 rado interesse coolégico - l m plano de manejo fluresta	Preencha os c 15, 7800389 e 9 aci 5930366 I- Lei: 4771,85	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3 scriminação	Outros  rdo com a legence 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea tr 1 - ATF: Årea tr 3 - REFLO: Årea dos Documento	nda abaixo: preservação p de recenha partir ial florestal (27 - a com reflorestal s Ragistrados	ermanente - Leis: cultar do potrimón + 28 + 29 + 30) - I mento (essências	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9993. in matural - Lei: 9 existicas ou natír	0	Procurad	Órgão Amb	Número do
24 - Tipo de Decli  24 - Tipo de Decli  Posseiro  DISTRIBUÇÃO D.  2- ATI Area stela AREAS OF UTILLA Area stela AREAS OF UTILLA AREA SO AREA AREA SO UTILLA AREA SO AREA AREA SO UTILLA AREA SO AREA AREA AREA AREA AREA AREA AREA ARE	D-Número) 2 stratte D Amenda AS ÁREAS DO IMÓVEL - do indoel do indoel AZAÇÃO LIMITADA reserva legal - Less: 4771/8 rado interesse coolégico - l m plano de manejo fluresta	Preencha os c 15, 7800389 e 9 aci 5930366 I- Lei: 4771,85	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3 scriminação	Outros  rdo com a legence 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea tr 1 - ATF: Årea tr 3 - REFLO: Årea dos Documento	nda abaixo: preservação p de recenha partir ial florestal (27 - a com reflorestal s Ragistrados	ermanente - Leis: cultar do potrimón + 28 + 29 + 30) - I mento (essências	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9993. in matural - Lei: 9 existicas ou natír	0	Procurad	Órgão Amb	Número do
24 - Tipo de Occidendo (DO)  24 - Tipo de Occidendo (DO)  DISTRIBUÇÃO D. 25 - ATI. Area social AREAS DE UTILIZARA AREA SE UTILIZARA AREA S	D-Número) 2 stratte D Amenda AS ÁREAS DO IMÓVEL - do indoel do indoel AZAÇÃO LIMITADA reserva legal - Less: 4771/8 rado interesse coolégico - l m plano de manejo fluresta	Preencha os c 15, 7800389 e 9 aci 5930366 I- Lei: 4771,85	Comc 393/96 5 e Dec: 1200	a 33 de aco 2 2 3 2/84 3 scriminação	Outros  rdo com a legence 7 - APP: Årea de 9 - RPPN: Årea tr 1 - ATF: Årea tr 3 - REFLO: Årea dos Documento	nda abaixo: preservação p de recenha partir ial florestal (27 - a com reflorestal s Ragistrados	ermanente - Leis: cultar do potrimón + 28 + 29 + 30) - I mento (essências	25 - Responsáve O própri  4771/65 e 9993. in matural - Lei: 9 existicas ou natír	0	Procurad	Órgão Amb	Número do
24 - Tipo de Dech  24 - Tipo de Dech  Posseiro  30 - ATI Área Mel  REAS DE UTILIA Pera Mel  (hs)  26 - ATI Área Mel  (hs)  26 - STI Área Mel  27 - MF. Área Mel  28 - 29  30 - 31  31 - 32 - 33 - 33 - 34 - 34 - 34 - 34 - 34	2-Número) 2  marate  Assacias de movez-  so movel  move move la più - La condition  Maracipa i Maracipa i Maracipa i  Maracipa i  Maracipa i	Preemcha os c 15, 7800/89 e 9 .ei 5950/96 1. Lei: 4771/85 do Cartório	Comcampos 26 i 200 200 200 200 200 200 200 200 200 2	a 33 de aco 2 2 3 3 12/84 3 Secriminação Oficio	Outros  rdo com a leger  7 - APP- Area de  9 - RPPN: Area  1 - ATF: Area to  3 - REFI-O: Área  dos Documento  Osta de  Averbação	nda abaixo: presenvação p de resenva partir all fibrestal (27 ° o com reflorestar s Registrados Matrícula	ermanente - Leis  outer do patrimén  28 + 29 + 30) - 1 mento (esséncias  Registro	25 - Responsáve O própri 4771/65 e 9993 sio matural - Lei: 9 sexióticas ou nafi	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Procurad  Porta	Órgão Amir ria / Decreto BAMA	Número do documento
24 - Tipo de Deddi 24 - Tipo de Deddi 24 - Tipo de Deddi 25 - Tipo de Deddi 26 - Tipo de Deddi 27 - Tipo de Deddi 28 - Tipo de Deddi 28 - Tipo de Deddi 28 - ATI - Area Stop (183) 28 - Tipo de Deddi 28 - Tipo de Deddi 29 - Tipo de Deddi 31 - Tipo de Deddi 31 - Tipo de Deddi 31 - Tipo de Deddi 32 - Tipo de Deddi 33 - Tipo de Deddi 34 - Tipo de Deddi 35 - Tipo de Deddi 36 - Tipo de Deddi 37 - Tipo de Deddi 38 - Tipo de Deddi 38 - Tipo de Deddi 39 - Tipo de Deddi 39 - Tipo de Deddi 30 -	D-Número) 2 stratte D Amenda AS ÁREAS DO IMÓVEL - do indoel do indoel AZAÇÃO LIMITADA reserva legal - Less: 4771/8 rado interesse coolégico - l m plano de manejo fluresta	Preemcha os c 15, 7800/89 e 9 .ei 5950/96 1. Lei: 4771/85 do Cartório	Comcampos 26 i 200 200 200 200 200 200 200 200 200 2	a 33 de aco 2 2 3 3 12/84 3 Secriminação Oficio	Outros  rdo com a leger  7 - APP- Area de  9 - RPPN: Area  1 - ATF: Area to  3 - REFI-O: Área  dos Documento  Osta de  Averbação	nda abaixo: presenvação p de resenva partir all fibrestal (27 ° o com reflorestar s Registrados Matrícula	ermanente - Leis  outer do patrimén  28 + 29 + 30) - 1 mento (esséncias  Registro	25 - Responsáve O própri 4771/65 e 9993 sio matural - Lei: 9 sexióticas ou nafi	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Procurad  Porta	Órgão Amir ria / Decreto BAMA	Número do documento
24 - Tipo de Decid.  24 - Tipo de Decid.  24 - Tipo de Decid.  25 - Tipo de Decid.  26 - Tipo de Decid.  27 - Tipo de Decid.  28 - Tipo de Decid.  28 - ATI Aras SUSTRIBUÇÃO D.  29 - ATI Aras SUSTRIBUÇÃO D.  20 - ATI Aras SUSTRIBUÇÃO D.  20 - ATI Aras SUSTRIBUÇÃO D.  21 - Tipo de Decid.  22 - PMF: Área cor.  23 - PMF: Área Cor.  24 - Tipo de Decid.  25 - PMF: Área Cor.  26 - Tipo de Decid.  27 - Tipo de Decid.  28 - Tipo de Decid.  29 - Tipo de Decid.  29 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  32 - PMF: Área Cor.  33 - Tipo de Decid.  34 - Tipo de Decid.  35 - Tipo de Decid.  36 - Tipo de Decid.  37 - Tipo de Decid.  38 - Tipo de Decid.  39 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  32 - Tipo de Decid.  33 - Tipo de Decid.  34 - Tipo de Decid.  35 - Tipo de Decid.  36 - Tipo de Decid.  37 - Tipo de Decid.  38 - Tipo de Decid.  39 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  32 - Tipo de Decid.  33 - Tipo de Decid.  34 - Tipo de Decid.  35 - Tipo de Decid.  36 - Tipo de Decid.  37 - Tipo de Decid.  38 - Tipo de Decid.  39 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  32 - Tipo de Decid.  33 - Tipo de Decid.  34 - Tipo de Decid.  35 - Tipo de Decid.  36 - Tipo de Decid.  37 - Tipo de Decid.  38 - Tipo de Decid.  39 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  32 - Tipo de Decid.  33 - Tipo de Decid.  34 - Tipo de Decid.  35 - Tipo de Decid.  36 - Tipo de Decid.  37 - Tipo de Decid.  38 - Tipo de Decid.  39 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  31 - Tipo de Decid.  32 - Tipo de Decid.  33 - Tipo de Decid.  34 - Tipo de Decid.  35 - Tipo de Decid.  36 - Tipo de Decid.  37 - Tipo de Decid.  38 - Tipo de Decid.  39 - Tipo de Decid.  30 - Tipo de De	2-Número) 2  marate  Assacias de movez-  so movel  move move la più - La condition  Maracipa i Maracipa i Maracipa i  Maracipa i  Maracipa i	preemcha os c 15, 7800/89 e 9 .et 5950/86 1 - Let 4771/85 10 Cartório	Common Co	a 33 de aco 2 2 2 3 3 22/84 3 scriminação Oficio	Outror rdo com a lager 7 - APP, Area de 9 - RPPN: Area 1 - ATF: Area to 1 - ATF: Area to Data de Avertasção	ida abalxo: n preservação p que preservação p que recens part na librestal (27 o com reflorestas s Registrados Metricula	ermanente - Leis  outer do patrimén  28 + 29 + 30) - 1 mento (esséncias  Registro	25 - Responsáve O própri 4771/65 e 9993 sio matural - Lei: 9 sexióticas ou nafi	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Procurad  Porta	Órgão Amir ria / Decreto BAMA	Número do documento
20 - Telefone (DOI 20 - Telefone (DOI 20 - Telefone (DOI 20 - Tipo de Decid Posseire Posseire 20 - ATI Area setel AREAS DE UTILL 20 - ARIL Area de decid 20 - ARIL Area (Doi 20 - ARIL Are	2 Nimmo) 2 a series de la constante de la cons	Preemoha os o  15, 7900/89 e 9  ei: 5950/89 e  1. Lei: 4771/65  do Cartório  das neste Ato  rmações confi	Comcampos 26 (1) (2) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3	a 33 de aco 2 2 2 3 3 3 de aco Co Cificio Cificio Control de Control C	Outror rdo com a lager 7 - APP, Area de 9 - RPPN: Area 1 - ATF: Area to 1 - ATF: Area to Data de Avertasção	inda abalxo: preservação p de reservação p de	ermanente - Leis  outer do patrimén  28 + 29 + 30) - 1 mento (esséncias  Registro	25 - Responsáve O própri 4771/65 e 9993 sio matural - Lei: 9 sexióticas ou nafi	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	Procurad  Porta	Órgão Amir ria / Decreto BAMA	Número do documento
20- Telstone (DOI 20- Telstone	2 Número 2 Arendamento 2 Arend	Preemoha os o  15, 7900/89 e 9  ei: 5950/89 e  1. Lei: 4771/65  do Cartório  das neste Ato  rmações confi	Comcampos 26 i Se Dec: 1200 De Claratório De Claratório Se Nome	a 33 de aco 2 2 2 3 3 Cristo Cristo Officio	Outroor rdo com a Ingeger 7 - APP - Area de 9 - ROPN - Area 9 - ROPN - Area 1 - ATF - Area Ind. 1 - ATF - Area Ind. 2 - ATF - Area 1 - ATF	nda abaixo: preservação po de recens partir da filado de recens da filado de recens partir da filado de recenso	ermanerte - Leis.  oular do patrimén 28 + 29 + 30) - 1  Registro  Registro	25 - Responsáve (25 - R	o o o o o o o o o o o o o o o o o o o	Procurad  Porta	Órgão Amir ria / Decreto BAMA	Número do documento
20 - Telefone (DOI 20 - Telefone (DOI 20 - Telefone (DOI 20 - Tipo de Decid Posseire Posseire 20 - ATI Area setel AREAS DE UTILL 20 - ARIL Area de decid 20 - ARIL Area (Doi 20 - ARIL Are	2 Número 2 Arendamento 2 Arend	Preemoha os o  15, 7900/89 e 9  ei: 5950/89 e  1. Lei: 4771/65  do Cartório  das neste Ato  rmações confi	Comcampos 26 (1) (2) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3) (3	a 33 de aco 2 2 2 3 3 Cristo Cristo Officio	Outroor rdo com a Ingeger 7 - APP - Area de 9 - ROPN - Area 9 - ROPN - Area 1 - ATF - Area Ind. 1 - ATF - Area Ind. 2 - ATF - Area 1 - ATF	nda abaixo: preservação po de recens partir da filado de recens da filado de recens partir da filado de recenso	ermanente - Leis  outer do patrimén  28 + 29 + 30) - 1 mento (esséncias  Registro	25 - Responsáve (25 - R	o o o o o o o o o o o o o o o o o o o	Procurad  Porta	Órgão Amir ria / Decreto BAMA	Número do documento

							A	ANE)	(O II	
				Mi	nist	ério	do	Meio	Amb	i

o Amhiente - MMA Ministerio do Meio Ambiente - MMA. Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Diretoria de Florestas - DIREF Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Florestais – CGREF

Diário Oficial da União - Seção 1

#### CONVÊNIO SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL/IBAMA/INCRA VISTORIA TÉCNICA ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL

Proprietário:	CPF/CGC:
Nome do Imóvel:	
Número do Imóvel na Receita Federal:	_
Número do Imóvel no INCRA:	_
Número do Imóvel no IBAMA:	_
Coordenadas Geográficas da Propriedade):	

	Descrever local do ponto	Longitude	Latitude
01	Sede		
02			
02 03 04			
04			
			•

uca	Total do illiovol.	na.	wantelpio.	 

Z" Alea u	e rieseivaç	au reilliallellie	

1- Identificação do imóvel

2.	% incluso	na Reserva Legal:			
	- Foi obse	ervada alguma alteraç	ão? - Há neo	cessidade o	le recomposição?
	Sim	Não 🗆	Sim	П	Não

Sim	Não	Sim	Não	
servações:				

3.1. Reserva	Legal
--------------	-------

Observações:

3.1.1. Área: ha	_
3.1.2. Averbação/Termo de Compromisso de Averbação SIM	

3.1.2. Averbação/Termo de Compromisso de Averbação	SIM	NÃO
3.1.3. A tipologia é represntativa da área da propriedade s	SIM	NÃO

i or observada arguma arteração:	
Corresponde ao percentual estipulado em Lei?	s

Corresponde ao percentual estipulado em Lei?	
lá necessidade de ecomposião/compensação?	

ılado em Lei?	SIM	
ompensação?	SIM	

		_
ação?	SIM	

SIM	NAO

NÃO 🗌

NÃO

## 3.2. Reserva Particular de Patrimônio Natural

3.2.1. Nom	ne da Reserva:	
3.2.2. Área	a Total:	h

3.2.3. % incluso na Reserva Legal 3.2.4. % incluso naPreservação Permanente

3.2.5. Portaria nº

2.6. A tipologia é repre <b>s</b> ntativa da área de propriedade <sup>.</sup>
Esi shaarada alauma altrasão?

SIM	NÃO	

Olin	Ш	IIAO	L
	J.III	SIIII	

3.3. Área de Declarado Interesse Ecológico

•	4	Manager

Observações:

3.3.2 Área tota.

3.3.3 % incluso na Reserva Legal:

3.3.4. % incluso na Peservação Permanente:

3.3.5. Resolução:

# 3.3.6. Decreto: 3.3.7. A tipologia é epresentativa da área de projetade? SIM NÃO Foi observado alguma alterção SIM NÃO Observações:

3.4. Area de Servidão Florestal			
3.4.1- Área de reserva legal voluntáriaverbada como servidão_			
3.4.2 – Área de RPPN averbada comoservidão			
3.4.3. Referente à Propriedade:	Matrícula	:	
3.4.4 Área total ha.			
3.4.5. % incluso na Peservação Permanente:			
3.4.6. A tipologia é represntativa da área de propriedade?	SIM	NÃO	

Foi observado alguma alteração	SIM	NÃO	
Observações:			

•	

4- Outras áreas	
4.1. Manejo Florestal Sustentado	
4.1.1. Protocolo nº:	

4.1.2. Ofício de Aprovação:	Data:
4.1.3. Área totá:	ha
4.1.4. Situação em Dez/	Apto

4. Situação em Dez <u>/</u>	Apto	
	Suspenso	
	Cancelado	

4.1.5. Cronograma de exploraço/manutenção	Em dia Em atraso
Observações:	

4.2.2. Protocolo nº: 4.2.3. Área total do Refirestamento:ha.	
4.2.4. Situação - Em boas condições de manutenção	
Em condições regulares de manutenção	

	Abandonado	
ões:		

Espécies Exótias

5- Informações Relevantes:		

NÃO	
□ NÃO □	
_	
_	

ISSN 1677-7042

6.1.1. Necessidade de ADA retificador?	Sim	Não		
Local e Data:				
			_	

## PORTARIA Nº 77, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2005

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁ-VEIS-IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 do Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto  $n^\circ$  4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA  $n^\circ$  230, de 14 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o modelo de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, anexo a este ato, que poderá ser celebrado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e as empresas detentoras de plano de Manejo Florestal Sustentável Empresarial -PMFSEmpresarial em terras de domínio privado, na região amazônica.

Parágrafo único. As disposições desta Portaria poderão ser aplicadas aos planos de Manejo Florestal Comunitário, quando couber.

Art. 2º Delegar competência aos Gerentes Executivos das Gerências Executivas junto ao IBAMA I e II, localizadas na região

amazônica, para celebrarem em nome da Autarquia o respectivo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, quando cabível.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

## **ANEXO**

## TERMO DE AJUSTAMENTO DE DE CONDUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA QUE EN-TRE SI CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA DETENTORA DE PLA-NO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL EMPRESARIAL

-PMFSEmpresarial EM TERRAS DE DOMÍNIO PRIVADO.				
O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E				
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, entidade				
autárquica federal, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de				
1989, e legislação posterior que a alterou, com sede (endereço da				
Gerência Executiva), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente,				
inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representado				
pelo Sr,Gerente Executivo da Autarquia no				
Estado d( qualificação pessoal), residente e do-				
miciliado ( endereço residencial), portador da CI nº,e				
inscrito no CPF/MF nºnomeado pela Portaria da				
Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente nº, dede				
de 2003, publicada no Diário Oficial da União de				
de de 2003, denominado COMPROMISSÁ-				
RIO, e a empresa(detentora do plano de manejo sustentável) doravante denominada COMPROMITENTE, com sede (				
endereço da empresa), cadastrada no CTF do Ibama sob nº				
, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato				
representada pelo seu sócio-gerente, Sr (no-				
me e qualificação pessoal), residente e domiciliado (endereço re-				
sidencial),portador da CI nº, inscrito no CPF/MF nº, tendo em vista as dis-				
inscrito no CPF/MF n <sup>9</sup> , tendo em vista as dis-				
posições art. 15 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, dos				
Decretos nº s 1.282, de 19 de outubro de 1994, e 2.788, de 28 de				
setembro de 1988, da Instrução Normativa/MMA/ nº 4, de 4 de				
março de 2002,				

Considerando que no âmbito desta Autarquia diversos planos de manejo florestal sustentável foram aprovados anteriormente a esta gestão administrativa sem a observância das normas técnicas e dos atos normativos ambiental e agrário vigentes na época, e que por essa razão os respectivos planos operacionais anuais encontram-se pendentes de aprovação nesta Gerência Executiva;

Considerando que o maneio florestal sustentável se constitui um dos instrumentos mais eficazes para promover a conservação da floresta em pé, contrapondo-se a opção do desmatamento, afigurando-se, portanto, a hipótese de conveniência e oportunidade da Administração Pública Federal manter a exploração florestal anteriormente autorizada e realizar a sua regularização perante a Autarquia; Considerando que existem situações concretas de execução

de planos de manejo florestal sustentáveis aprovados de interesse de empresas detentoras titulares de domínio privado, arrendatárias ou comodatárias de propriedades rurais que em face da complexidade fundiária do País e da morosidade do processo de reconhecimento das propriedades privadas, ainda não lograram comprovar em definitivo a autenticidade e legitimidade dos títulos de propriedade ostentados, a sua correta materialização e a respectiva atualização cadastral, na forma exigida na Lei nº 10.267, de 28 de agosto 2002, assim como no Decreto regulamentador nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, com as alterações dadas pelo Decreto n.º 5.570, de 31 de outubro de 2005, e as averbações correspondentes junto a Registro de Imóveis, resolvem firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta, subordinado às cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente termo de ajustamento de conduta a continuidade da exploração das florestas na Amazônia Legal, mediante o Plano de Manejo Florestal Sustentável Empresarial PMFSEmpresarial, aprovado por esta Autarquia, incidente em Área de Manejo Florestal - AMF, caracterizada pelo(o) imóvel (eis) rural \_\_\_\_\_, com área de ha \_\_\_\_\_\_, localizado(s) no Município denominados \_, matriculados sob o . Estado d de , registro nº \_ gistro de Imóveis da Comarca de , de que trata o processo administrativo

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA - COMPROMITENTE A empresa-compromitente, detentora do Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFSempresarial se obriga neste ato a apresentar ao Ibama, nos prazos abaixo fixados, as seguintes documentações exigidas no anexo II, da Instrução Normativa nº 4, de março de 2002:

- I no prazo de trezentos e sessenta dias:
- a) comprovação do reconhecimento pelo órgão fundiário competente da regularidade e legitimidade dos títulos de propriedade incidentes na Área de Manejo Florestal -AMF correspondente;
- b) comprovação de regularidade cadastral da propriedade junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural instituído pela Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001; e
- c) comprovação de regularidade tributária relativa ao Imosto sobre a Propriedade Rural - ITR junto à Receita Federal do Brasil:
  - II no prazo de cento e oitenta dias:
- a) certidão comprobatória da averbação à margem da matricula da propriedade rural de eventual contrato de arrendamento ou comodato celebrado na Área de Manejo Florestal - AMF;
- b) certidão comprobatória da averbação a margem da matricula do imóvel rural da reserva legal exigida em lei; e c) certidão comprobatória da averbação a margem da ma-
- tricula do imóvel rural do Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada;

# III - no prazo de noventa dias:

- a) comprovação da inexistência de sobreposição no todo ou em parte da Área de Manejo Florestal AMF sobre terras ocupadas pelos índios ou em unidades de conservação federal, estadual e mu-
- b) comprovação da inexistência de conflito ou tensão social com integrantes de comunidades indígenas, populações tradicionais, e remanescentes de quilombos; e
- c) atender as exigências técnicas pendentes requeridas pelo **IBAMA**
- DAS ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE AUTÁRQUICA COMPROMISSÁRIA
  - I Praticar os seguintes atos administrativos:
- a) analisar e aprovar o Plano Operacional Anual POA e conceder as Autorizações para Exploração - APE, desde que atendidas as exigências acima descritas;
- b) conceder a Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF, desde que atendidas as exigências acima descritas. CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
- O presente termo, com eficácia de título executivo extra-judicial, na forma dos art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura e terá vigência até o 31 dezembro de 2006.
- CLAUSULA QUARTA DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES-
- O descumprimento pelo compromitente dos prazos e obrigações previstas neste termo importará:
- I na aplicação das sanções administrativas de que trata o art. 52, itens I a V, da Instrução Normativa/MMA/ nº 4, de 2002; II - na cominação de pena pecuniária no valor de R\$ 5.000,00 por cada hectare que compõe o PMFSEpresarial; e III - na execução judicial das obrigações nele estipuladas.
- Parágrafo primeiro. Não constituirá descumprimento do presente termo, a eventual inobservância pelo compromitente, de quaisquer prazos estabelecidos, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma prevista no art. 393, da Lei nº 10.406, de 10 de ianeiro de 2002.

Parágrafo segundo. O disposto no presente termo não elide a imposição de sanção administrativa pelo compromissário contra o compromitente, sempre que se verificar descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou infração às normas ambientais.

CLAUSULA QUÍNTA - DA PUBLICIDADE

O Presente Termo será publicado, por extrato, às expensas do compromitente, no Diário Oficial da União e do Estado do no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura

#### CLÁUSULA SEXTA -DO FORO

TESTEMUNHAS

Eventuais litígios oriundos dos termos do presente instru-mento serão dirimidos no Foro da Justiça Federal do

Por estarem de acordo, fir quatro vias de igual teor e forma par	mam o presente compromisso em ra que produza os eficácia jurídica.  de de 2005.
Gerente Executivo do Ibama	Sócio - Gerente da empresa

# Ministério do Planeiamento. Orcamento e Gestão

# SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

## PORTARIA Nº 295, DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art 1°, inciso VI, da Portaria MP nº 30, de 16 de marco de 2000 e em conformidade com os elementos que integram o Processo nº 04931.001324/2005-28 resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão, ao Governo do Estado da Paraíba, do imóvel da União, denominado "Propriedade Pindobal", situado no Município de Mamanguape, naquele Estado, constituído por terreno com área de 10.500.000,00m² e benfeitorias, com as características e confrontações constantes da Transcrição nº 3, livro 3-H (coleção antiga), fls. 4, datado 09 de junho de 1913, do Cartório Silva Ramos daquela Comarca.

Art. 2ºA Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representará a União nos atos relativos à reversão de que trata a presente Portaria, cabendo a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a lavratura do respectivo termo

Art. 3ºEsta Portaria entra em vigor na data da sua publi-

# ALEXANDRA RESCHKE

## PORTARIA Nº 311, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MI-NISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art  $1^\circ$ , inciso I, da Portaria MP  $n^\circ$  30, de 16 de março de 2000, bem como os demais elementos que integram o Processo nº 10180.000513/99-34, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão, ao Município de Jataí, do imóvel constituído por terreno com área de 2.971,50m², situado na Rua José de Carvalho esquina com a Avenida Maria Cunha, Quadra 06, no Loteamento Epaminondas, 2ª Etapa, no Município de Jataí, Estado de Goiás, destinado à União, com as características e confrontações constantes das Matrículas nº R-01-30.669, Livro n.º 2, no Cartório de Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Jataí. A presente reversão é realizada em conformidade com a Lei nº 2.111/99, de 13 de outubro de 1999.

Art. 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representará a União nos atos relativos à reversão de que trata a presente Portaria, cabendo a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a lavratura do respectivo termo

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua pu-

## ALEXANDRA RESCHKE

## GERÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

## PORTARIA Nº 27, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

O GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS , no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 6 de 31/01/2001,da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista do disposto no art. 22 da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve: